



Bruno Simão

PROCESSO LEGISLATIVO

Advogados querem que se façam leis mais simples

“Manta de retalhos legislativa”
leva a que se percam projectos
de investimento com interesse
para o desenvolvimento do País

MARLENE CARRIÇO
marlenecarrico@negocios.pt

Uma cascata de diplomas legais, pouco claros, que, muitas vezes, se atropelam. Eis algumas das razões que conduzem a que as leis sejam, muitas vezes, de difícil entendimento. Os advogados, que lidam diariamente com estas barreiras, defendem a necessidade de uma simplificação. Aplaudem por isso o anúncio recentemente reafirmado pela Presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, de que pretende criar condições para que simplifique a legislação.

“Temos uma profusão de diplomas legais, de extensão e detalhe desnecessários, que se atropelam e sucedem no tempo a uma velocidade vertiginosa, tornando o conhecimento das normas, a sua aplicação e interpretação tarefas extremamente difíceis. Precisamos pois de menos leis, mais estáveis no tempo e sobretudo feitas, não só com o rigor de quem conhece as matérias objecto de legislação, mas também com adequados conhecimentos de legística”, defende João Paulo Teixeira de Matos, sócio da Garrigues.

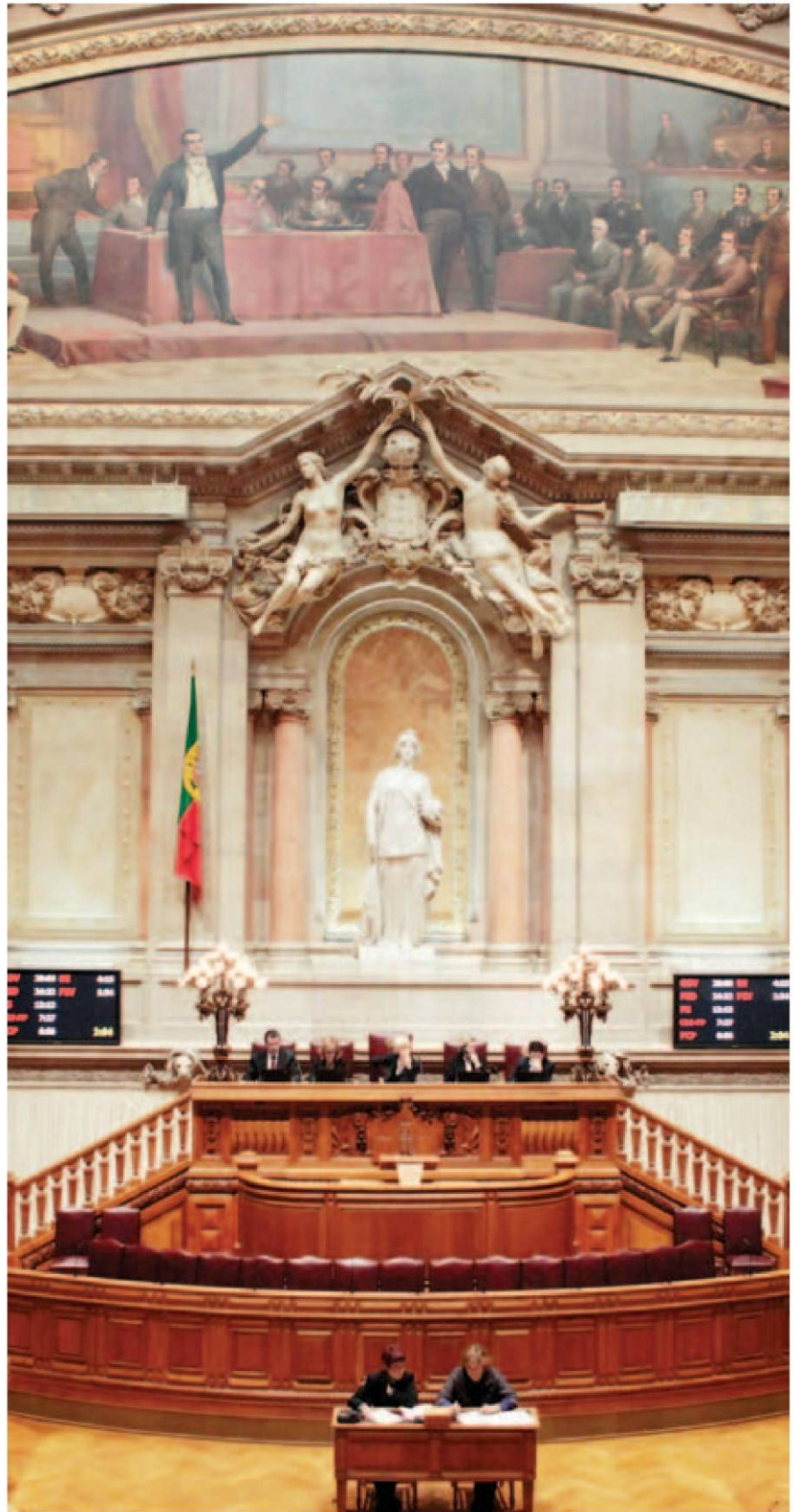
Também Paulo Pinheiro, sócio da Vieira de Almeida & Associados, frisa que “é preciso assegurar uma utilização adequada e consistente dos conceitos e conseguir uma estrutura interna dos diplomas que evite remissões em série”. O advogado acres-

centa contudo que “a falta de clareza das leis não se resolve fazendo mais e mais leis que visem sucessivamente clarificar as antecedentes”.

Essa “manta de retalhos legislativa” é de resto um dos problemas actuais que, “não raro, têm por efeito que se percam projectos com interesse nacional, regional ou local”, sublinhou Pedro Melo, sócio da PLMJ, que defende a simplificação das leis “pela imperiosa necessidade de dotarmos o nosso país, finalmente, com o quadro legal favorável ao investimento privado nacional e estrangeiro”.

Francisco Proença de Carvalho, da Uría-Proença de Carvalho, que também concorda com uma clarificação “das leis no sentido de as mesmas serem facilmente compreensíveis pelos agentes económicos”, alerta para os perigos da “simplificação no sentido de retirar garantias aos cidadãos no sistema judicial ao abrigo de um pseudo combate à corrupção e ao crime”.

Rui Amendoeira, sócio executivo da Miranda, considera, em tom crítico, que “muitas das leis que são produzidas hoje em dia são elaboradas a ponto de, às vezes, se poder questionar quem as escreveu dominando verdadeiramente a língua portuguesa. Até por isso, este advogado condiciona a resolução do problema à escrita: “se uma lei estiver bem escrita, está simplificada por natureza”.



Assembleia da República | Vai ser criada uma comissão parlamentar para promover a simplificação legislativa.



Governo é quem pior legisla, acusam juristas

MARLENE CARRIÇO

É ao Governo que os advogados dirigem as maiores críticas quando está em causa a qualidade na produção de leis. Entre os juristas inquiridos pelo **Negócios** sobre esta matéria há mesmo quem diga que o Executivo é “quem pior legisla”.

“Qualquer sistema jurídico deve ter leis claras e compreensíveis pela sociedade e um sistema legislativo que promova a estabilidade e que não esteja sempre a mudar em função de precipitados ímpetus políticos, como tem vindo a suceder em Portugal”, afirma o advogado Francisco Proença de Carvalho.

Uma ideia que é também partilhada pelo jurista Paulo Pi-

Qualquer sistema jurídico deve ter leis claras e compreensíveis pela sociedade.

PROENÇA DE CARVALHO

Advogado

nheiro, da Vieira de Almeida. Ora este advogado diz mesmo ser o Governo “quem mais e pior legisla”.

João Paulo Teixeira de Matos, da Garrigues, reprovava “a tendência em Portugal para assimilar a função de governar à produção de muitas leis” que resulta em “legislação feita reactivamente, por impulso dos acontecimentos e, por último, não existe na maioria dos casos, o necessário cuidado e rigor técnico”.

A discussão em torno da simplificação das leis foi levantada pela Presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, que, há duas semanas, disse ser “essencial” simplificar as leis para que seja mais fácil agir em transparência e não as contornar. E por isso, o Parlamento deverá criar, já no próximo ano, um grupo de trabalho para simplificar a legislação.

O QUE DIZEM OS ESPECIALISTAS

Leis “inimigas” do investimento, mal redigidas, pouco claras, que se sobrepõem... O leque de críticas à produção legislativa é diversificado. Para quem lida diariamente com as leis, como os advogados, é uma carga de trabalhos acrescidos. Por isso defendem sem hesitar que é preciso tornar os diplomas mais simples, mais compreensíveis e mais amigos do investimento.



João Paulo Teixeira de Matos diz que há uma profusão de diplomas desnecessários.



Pedro Melo lembra que a “manta de retalhos legislativa” prejudica o investimento.



Para Rui Amendoeira um dos problemas é que as leis são mal redigidas.



Paulo Pinheiro sustenta que falta de clareza das leis não se resolve criando nova legislação.



Francisco Proença de Carvalho diz que são precisas leis que os agentes económicos percebam.

Simplificação é propósito anunciado desde há muito

É um problema desde há muito colocado sobre a mesa e também desde há muito suscitado por quem diariamente trabalha com as leis. Agora, Assunção Esteves, presidente da Assembleia da República, quer mesmo avançar com a simplificação da legislação que se produz no Parlamento.

A discussão em torno da simplificação das leis voltou recentemente a ser levantada pela presidente da Assembleia da República, considerando essencial simplificar as leis para que seja mais fácil agir em transparência e não as contornar. E por isso, o Parlamento deverá criar, já no próximo ano, um grupo de trabalho para simplificar a legislação.

Já em Março, o **Negócios** adiantou que na Assembleia da República estava em preparação uma medida visando tornar as leis actuais mais simples. O objectivo então anunciado e agora revisitado por

Assunção Esteves é que, em 2013, seja criada uma comissão técnica, composta por políticos e técnicos, cujo propósito será o de simplificar e articular as leis que existem.

A ideia é criar uma comissão mista, composta por técnicos – provavelmente provenientes de universidades – e por deputados, que irá simplificar a legislação, atendendo às queixas dos juízes. Esta comissão já existe na Alemanha, de forma aprofundada, havendo uma interacção entre o Governo e o Parlamento para simplificar as leis. A ideia é fazer o mesmo por cá.

O anterior Governo chegou a anunciar o propósito de avançar com uma medida idêntica. Também o memorando de entendimento assinado entre a tripla, o Executivo socialista, PSD e CDS-PP contempla medidas de simplificação das leis, particularmente no plano fiscal.



Assunção Esteves diz que, em 2013, será criada uma comissão para tornar as leis mais simples.

A discussão em torno da simplificação das leis voltou recentemente a ser levantada pela presidente do Parlamento.